

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.409.807 - PE (2018/0319589-7)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : CONDOMINO DO EDIFÍCIO HOCKENHEIM
ADVOGADOS : ANTÔNIO HENRIQUE NEUENSCHWANDER - PE011839
JOÃO LOYO DE MEIRA LINS E OUTRO(S) - PE021415
BRUNNA DE ARRUDA QUINTEIRO - PE027263
GABRIELA FALCÃO INTERAMINENSE TEÓFILO - PE028597
BRUNNO VASCONCELOS BEZERRA SILVA - PE037923
AGRAVADO : MATEUS DE GUSMAO SOBREIRA
AGRAVADO : LUIZ EDUARDO CAVALCANTI SOBREIRA
AGRAVADO : AIDA MARIA RIBEIRO DE GUSMAO
ADVOGADOS : PEDRO HENRIQUE BRAGA REYNALDO ALVES - PE013576
PATRÍCIA SANTA CRUZ DE OLIVEIRA - PE018167
AGRAVADO : ITAU SEGUROS S/A
ADVOGADOS : BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI E OUTRO(S) -
PE019353
CATARINA BEZERRA ALVES - PE029373
RAFAELLA MAÇÃES DE BRITO - PE036203
INTERES. : CSAJ ENGENHARIA CIVIL EIRELI
ADVOGADOS : FRANÇOIS MITTERRAND CABRAL DA SILVA - PE028275
FÁBIO ARAÚJO VERAS E OUTRO(S) - PE031020
INTERES. : BETONPOXI ENGENHARIA LTDA

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS. DESPRENDIMENTO DE VIDRAÇA DO 20º ANDAR DO CONDOMÍNIO AGRAVANTE. ESTILHAÇOS DE VIDRO ATINGIRAM CRIANÇA QUE PARTICIPAVA DE FESTA INFANTIL NO PRÉDIO VIZINHO. FERIMENTOS GRAVÍSSIMOS AO MENOR. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO JULGADO ATACADO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 283 E 284 DO STF. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. SUFICIÊNCIA DAS PROVAS. PRINCÍPIO DA PERSUAÇÃO RACIONAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE OS JULGADOS EM COMPARAÇÃO. AGRADO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, de fundamento autônomo e suficiente à manutenção do acórdão

estadual atraindo, por analogia, o óbice da Súmula 283 do STF.

2. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando as razões do recurso estão dissociadas do decidido no acórdão recorrido. Aplicação da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

3. Divergência jurisprudencial não demonstrada, em face da inexistência de similitude fático-jurídica entre o v. acórdão estadual e os paradigmas.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 29 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator